

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**REQUERIMENTO N° DE 2025
(Do Sr. Daniel Almeida)**

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para a política de juros do Brasil e os impactos na economia e na vida dos trabalhadores e consumidores.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater a política de juros praticada no Brasil e seus reflexos na economia e na vida dos consumidores, com a participação dos seguintes convidados:

- 1- Banco Central do Brasil;
- 2- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos;
- 3- CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro;
- 4- CNI – Confederação Nacional da Indústria.
- 5- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem o objetivo de promover um debate sobre a política de juros elevados no Brasil e os impactos diretos e indiretos que ela exerce na economia e na vida da população.

Atualmente, o Brasil possui uma das maiores taxas de juros do mundo. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil, a taxa Selic foi elevada em mais um ponto percentual, atingindo 14,25% ao ano. Esse patamar compromete o crescimento econômico



ao encarecer o crédito para empresas e consumidores, desestimulando o consumo e os investimentos.

Os juros elevados dificultam a expansão dos negócios, inibem a criação de empregos e reduzem o poder de compra da população. Como consequência, há uma retração na demanda por bens e serviços, o que afeta diretamente setores produtivos estratégicos, como indústria, comércio e construção civil. Essa desaceleração impacta negativamente o Produto Interno Bruto (PIB), eleva o risco de recessão e amplia as desigualdades sociais.

Além disso, a política de juros altos sobrecarrega as contas públicas, uma vez que eleva os custos do serviço da dívida pública. Em 2024, o Brasil destinou cerca de R\$ 800 bilhões ao pagamento de juros da dívida, um valor que poderia ser investido em áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura.

Diante desse cenário, é fundamental debater alternativas para equilibrar a política monetária e garantir que a taxa de juros cumpra seu papel de controle inflacionário sem comprometer o desenvolvimento econômico e social.

Ante o exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 20 de Março de 2025.

Deputado Daniel Almeida
PCdoB/BA

